

NECESSIDADE DE PROGRAMA NACIONAL DE CUIDADO DE BAIROS EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE

Autores: Dr.C. Regra C. Padrón Galarraga | regra@unah.edu.cu | Universidade Agrária de Havana. Cuba | **ORCID iD:** 0000-0002-3113-1041

Lic. Indira López Padrón | indiralopez85@nauta.com.cu | Direção Municipal de Saúde. Roupão de banho. Mayabeque | **ORCID iD:** 0000-0002-6848-5855

Lietty Caridad Garcia Vera (estudiante) | liettycaridad@unah.edu.cu | Universidad Agraria de La Habana. Cuba

RESUMO

Cuba está actualmente a implementar o programa nacional para cuidar de bairros em condições vulneráveis ou, como é conhecido, de bairros em desenvolvimento. A sua realização constitui estratégias de intervenção que visam a sua transformação, que abrange não só o material, mas, sobretudo, o cultural e social. Esta intervenção tem como ponto de partida o papel que o bairro desempenha no desenvolvimento da sociedade; onde são percebidas as primeiras conquistas e avanços que um país alcança; e destaca a alta administração do país nas suas intervenções. Sem a contribuição que cada bairro e comunidade oferece, não é possível o alcance das políticas que a sociedade traça para o seu desenvolvimento sustentável. Na esfera social, materializa-se fundamen-

talmente através da implementação da educação social realizada pelos órgãos e agentes socioeducativos, o que permite mudar as formas de pensar e agir de cada um dos sujeitos ou pelo menos da maioria. A educação social, embora não seja realizada numa instituição de ensino, não pode ser caracterizada pela espontaneidade e pela improvisação, daí a necessidade de ter em conta as características do bairro/comunidade, os fatores de risco que a tornam vulnerável. Nesta base, a intervenção é planeada, organizada e executada, refletindo a sua necessidade. Por isso é objetivo deste trabalho argumentar a necessidade de atenção prioritizada aos bairros em condições vulneráveis e constitui o principal resultado apresentado.

Palavras-chave: bairro, comunidade, vulnerabilidade, vulnerabilidade social, educação social.

ABSTRACT

Cuba is currently deploying the national program to care for neighborhoods in vulnerable conditions or, as it is known, developing neighborhoods. Its realization constitutes intervention strategies aimed at its transformation, which encompasses not only the material, but, above all, the cul-

tural and social. This intervention takes as its starting point the role that the neighborhood plays in the development of society; where the first achievements and advances that a country achieves are perceived; and highlights the country's senior management in his interventions. Without the contribution that each

neighborhood and community offers, the scope of the policies that society outlines for its sustainable development is not possible. In the social sphere, it is fundamentally materialized through the implementation of social education carried out by socio-educational agencies and agents, which makes it possible to change the ways of thinking and acting of each of the subjects or at least the majority. Social education, although it is not carried out in an educational institu-

tion, cannot be characterized by spontaneity and improvisation, hence the need to take into account the characteristics of the neighborhood/community, the risk factors that make it vulnerable. On this basis, the intervention is planned, organized and executed, which reflects its need. That is why it is the objective of this work to argue the need for prioritized attention to neighborhoods in vulnerable conditions and constitutes the main result presented.

Keywords: neighborhood, community, vulnerability, social vulnerability, social education.

INTRODUÇÃO

Díaz-Canel (2022), em visita ao bairro Pogolotti, comunidade inserida no programa de atendimento a bairros em situação de vulnerabilidade, expressa: "E porque a força da Revolução está nos bairros, devemos olhar constantemente para eles e aprender com as "muitas lições que o povo sempre nos deixa". (conforme citado em Rojas, 2022, p.).

Os bairros, as comunidades a que pertencem; Constituem a primeira trincheira de defesa das conquistas da Revolução mas; Além disso, constituem um bastião inexpugnável para o desenvolvimento nas diferentes esferas da sociedade, especialmente na cultura e na promoção da identidade comunitária e nacional.

O Presidente da República tem repetidamente salientado que o programa desenvolvido nestes bairros é abrangente, embora enfatize o crescimento cultural e espiritual das pessoas, e tenha em conta a criação de empregos e oportunidades de desenvolvimento para as comunida-

des que habitam essas comunidades.

Apela ao resgate das instituições estatais localizadas nos bairros, que direta ou indiretamente levaram à sua vulnerabilidade. Com base nisso, levanta-se a necessidade de orientação educacional aos sujeitos que atuam nessas instituições, para que se tornem verdadeiros transmissores da cultura cubana; mas acima de tudo, a cultura do bairro de forma sustentável. Nesta louvável tarefa, o trabalho social a realizar pelos agentes socioeducativos que vivem nestas comunidades desempenha um papel fundamental.

As palavras expressas por ele levam a argumentar a necessidade de atenção prioritizada aos bairros em condições vulneráveis, que é o objetivo deste trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Não há dúvida de que a educação está condicionada pelo contexto político e social; Portanto, em muitos casos, reproduz a situação existente, mas; A educação também é um elemento de transformação da sociedade. A educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento sustentável das pessoas, especialmente se a comunidade for tomada como ponto de partida como um importante bastião da sociedade.

Uma forma precisa de compreender o que aqui se expressa seria partir de saber o que é a comunidade e porque é que há tanta ênfase nesta categoria, com especial destaque para o bairro ou comunidade territorial (como alguns lhe chamam) a que pertencem os bairros. pertencer.

A palavra comunidade deriva do latim communis, que significa comum ou público.

As primeiras conceituações sobre comunidade de bairro têm alguma relação com a concepção grega de cidade, polis, como espaço de encontro interpessoal, diálogo e celebração. Recebeu um significado jurídico no período medieval e foi considerado um local de comércio. Nessa perspectiva é possível ver a definição sob diversos ângulos, ciências e até gêneros populares.

O termo comunidade sempre foi visto como um grupo de pessoas, que estabelecem relações e é utilizado para nomeá-las em função dos diferentes contextos e papéis que o ser humano assume. A origem das comunidades de bairro é tão antiga quanto a própria espécie hu-

mana, pois os seres humanos sempre se agruparam para viver juntos e é assim que surge a convivência humana. Este termo está indiscutivelmente ligado ao desenvolvimento da humanidade; A transmissão do conhecimento de uma geração de cultura para outra possibilitou o avanço tecnológico e cultural que hoje existe em escala universal.

A partir da família, existiram diferentes formas de comunidade humana que ocorreram historicamente em cada sociedade (realidade macro); Porém, é na comunidade do bairro como mesorrealidade que sua vida se desenrola, além da convivência familiar como microrrealidade imediata à sua própria existência. Precisamente, a comunidade de bairro constitui um mecanismo intermediário entre a sociedade e o indivíduo, no qual se materializam todas as interações do sujeito.

O que constitui uma comunidade de bairro são as características que a identificam. Constitui mais do que um simples assentamento populacional num território delimitado. Representa tudo o que, em organização e subjetividade, pode ser alcançado a partir das relações sociais que se estabelecem naquele grupo de pessoas, instituições de todos os tipos e organizações sociais, não surge espontaneamente, mas num processo de construção e, ao mesmo tempo tempo, é o resultado desse processo.

É preciso fazer a diferença entre assentamento populacional e comunidade de bairro:

O assentamento populacional é a manifestação conjunta de pessoas com resi-

dência fixa em determinado local, onde suas necessidades vitais são desenvolvidas e satisfeitas. Cada comunidade constitui antes de tudo um assentamento populacional, é uma entidade objetiva que atua como célula indispensável da atividade humana.

Para se tornar uma comunidade é necessário estabelecer relações interpessoais entre os seus membros, que garantam ao longo do tempo a formação de costumes, hábitos e leis específicas da comunidade vizinha, que por sua vez constituem uma adaptação da natureza geral da comunidade. .a sociedade à sua forma peculiar e particular de responder a esses aspectos. É feita referência à identidade da comunidade.

Na comunidade, a identidade comunitária se manifesta quando:

-Em primeiro lugar, as pessoas se reconhecem como personalidades.

-Eles demonstram autoestima adequada.

-Os sujeitos se identificam com seus familiares, vizinhos, conhecem seu papel e o de outras pessoas que compartilham a comunidade. Manifesta-se numa percepção e num sentimento pessoal, aceite por quem o percebe.

-Atua como sujeito de integração, sentimentos de colaboração e cooperação se manifestam em todos os momentos.

-As ações são realizadas na comunidade com base nos seus esforços individuais e coletivos, dando vazão aos seus costumes, valores e objetivos comuns que são promovidos e defendidos. (Fernández, 2014, p.86)

A partir dos critérios de diversos autores como Osipov (1988), Arias (1995), Blanco (1997), entre outros; Fernández (2011) define comunidade de bairro como:

Organização onde as pessoas se percebem como uma unidade social, partilhando um território, interesses e necessidades delimitados, interagindo entre si e promovendo ações coletivas em prol do crescimento pessoal e social, manifestando sentimentos de pertencimento como expressão da sua identidade comunitária. (pág.87)

A partir desta definição pode-se afirmar que os seguintes elementos estão presentes na constituição da comunidade do bairro:

-Elemento geográfico: territorialidade delimitada na medida em que predominam os elementos subjetivos que identificam os sujeitos que ali convivem.

-Elementos subjetivos que agrupam os membros em:

- hábitos, costumes, tradições, normas e necessidades
- sentimentos de pertença: a nível individual e a nível coletivo
- identidade comunitária

-Elemento social: unidade social que funciona em correspondência com mecanismos sociais, e ao mesmo tempo pertence a uma organização social maior, com a qual mantém interações.

-Elemento de direção: função de líder ou líderes. Ou a existência de uma estrutura formal ou informal que os reúna para um funcionamento adequado.

-Recursos disponíveis, existentes ou potenciais: os primeiros recursos são a própria comunidade e os seus membros, incluindo as estruturas e organizações sociais (instituições, associações, entre outras), bem como os diversos equipamentos, serviços e recursos (materiais e económicos) sejam públicos ou privado.

O ambiente comunitário é o sistema de condições que garante o desenvolvimento da comunidade do bairro. Inclui, portanto, as infra-estruturas sociais e técnicas onde os habitantes se instalam e utilizam para satisfazer as suas necessidades vitais, sejam elas económicas, culturais, de saúde, entre outras. Este ambiente constitui o complemento de vida em que vive a família e devem existir as condições essenciais para o aumento gradual e proporcional do nível de vida da população; portanto garante a subsistência da família.

Fazem parte do ambiente comunitário as instalações de organizações, centros de trabalho, instituições de diversas naturezas e centros educativos, entre outros. É óbvio destacar que organizações, instituições, bem como todas as pessoas de qualquer sociedade exercem influências umas sobre as outras, e isso é vivenciado nas comunidades vizinhas. Respondem obviamente às necessidades sociais, económicas e políticas, bem como culturais, entre outras, da sociedade onde estas comunidades se formam, sendo também responsável de cada pessoa exercer influência sobre outros seres humanos.

As influências educativas não são exercidas apenas pelas pessoas diretamente, é necessário destacar que cada um dos órgãos e agentes socializadores constituem um meio para isso, falando assim

dos meios de comunicação de massa e de todas as instituições sociais. Em geral, essas influências são recebidas por todos que interagem numa comunidade de bairro; isto é, a família, as instituições, os vizinhos, os locais de trabalho e tem a mesma conotação ao nível da sociedade em geral.

Isto levanta a necessidade dessas influências educacionais garantirem uma educação adequada e de acordo com o objetivo final da educação definido pelo Estado. É portanto importante garantir um sistema adequado de influências desde o nascimento do indivíduo até à sua morte. Todos os órgãos e agentes socializadores vinculados às instituições de ensino; Devem realizar um trabalho conjunto no sentido de estimular as pessoas a contribuírem com o melhor de si para a comunidade, o que resultaria em um desenvolvimento pessoal e comunitário vantajoso, que mitiga o efeito dos fatores de risco que tornam os sujeitos em condições de vulnerabilidade aos que vivem em comunidades de bairro ou como é mais comum ouvi-lo ser chamado em Cuba: bairros.

É necessário realizar uma exploração da categoria vulnerabilidade e até que ponto um bairro/comunidade pode estar em condições vulneráveis e, portanto, requer a atenção especializada dos órgãos e agentes socializadores que convivem e convivem nas comunidades.

A abordagem deste tema parte da conceituação do termo vulnerabilidade e especificamente, por interesse dos autores, vulnerabilidade social.

O conceito de vulnerabilidade tem sido explorado a partir de campos de conhecimento muito diversos, como a antro-

pologia, a sociologia, a ecologia política, as geociências e a engenharia. Assim, podem ser mencionados pesquisadores como (Hannigan, (1995), Hoffman e Oliver (1999), Alwang, Siegel e Jorgensen (2001), Cardona (2004), Thywissen (2006).

A palavra vulnerabilidade deriva do latim *vulnerabilis*. É composto por *vulnus*, que significa 'ferida', e pelo sufixo *-abilis*, que indica possibilidade; Portanto, etimologicamente, vulnerabilidade indica maior probabilidade de ser ferido.

O Dicionário de Língua Espanhola da Real Academia Espanhola (2022) define vulnerável como "aquilo que pode ser ferido ou receber lesão física ou moral" e vulnerabilidade como "a qualidade de ser vulnerável". Esta definição leva-nos a pensar que estamos perante um termo que designa um atributo de natureza disposicional.

É uma situação de exposição a um risco em que, por exemplo, um "sujeito específico" pode ser "prejudicado" por um fenómeno externo (ou conjunto de fenómenos), fica exposto a essa "força", "evento" ou "cadeia dos acontecimentos." É evidente que o exposto deixa em aberto a exposição a um conjunto diversificado de riscos, sendo a sua natureza específica o que determina o tipo de vulnerabilidade a que se refere.

Assim, o que se entende por vulnerabilidade tem sido definido de maneiras muito diferentes e com base em diferentes elementos, incluindo risco, estresse, suscetibilidade, adaptação, elasticidade (resiliência), sensibilidade ou estratégias para lidar com o estresse (estratégias de enfrentamento). Alguns sinónimos para a palavra vulnerabilidade são fraqueza,

fraqueza, suscetibilidade, risco e ameaça.

Contudo, Ruíz (2012, p.2) destaca alguns elementos que são comuns na maioria das definições de vulnerabilidade:

-A vulnerabilidade é sempre definida em relação a algum tipo de ameaça, sejam eventos de origem física, como secas, terremotos, inundações ou doenças, ou ameaças antropogênicas, como poluição, acidentes, fome ou perda de emprego.

-A unidade de análise (indivíduo, agregado familiar, grupo social) é definida como vulnerável a uma ameaça específica, ou é vulnerável "a estar numa situação de perda, que pode ser de saúde, rendimento, capacidades básicas, etc." (Alwang et al., 2001, p.3).

-A análise da construção da vulnerabilidade é feita em dois momentos distintos do processo. Por um lado, nas condições que a unidade de análise apresenta perante uma situação estressante, que a tornam mais ou menos propensa a uma perda específica (suscetibilidade). Por outro lado, existem as formas que a unidade de análise desenvolve para enfrentar uma situação estressante, uma vez ocorrida, e que estão relacionadas com a capacidade de ajustamento.

Wisner et.al (2004), define vulnerabilidade como: "...as características de uma pessoa ou grupo e a sua situação, que influenciam a sua capacidade de antecipar, lidar, resistir e recuperar do impacto de uma ameaça." (pág.3). Critério que é partilhado e coincide em grande parte com o oferecido pelo Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (2003):

(...) Em essência, a vulnerabilidade pode ser definida como um estado de elevada exposição a certos riscos e incertezas, combinado com uma capacidade diminuída de proteger ou defender-se contra eles e de lidar com as suas consequências negativas. A vulnerabilidade existe em todos os níveis e dimensões da sociedade e é parte integrante da condição humana, razão pela qual afecta tanto cada pessoa como a sociedade como um todo. (pág.3)

En resumen, vulnerabilidad puede verse como el proceso de malestar producido por la combinación de múltiples dimensiones de desventaja, en el que toda esperanza de movilidad social ascendente, de superación de su condición social de exclusión o próxima a ella, es contemplada como extremadamente difícil de conseguir; conduciendo, pelo contrário, a uma percepção de insegurança e medo da possibilidade de mobilidade social descendente ou de agravamento das actuais condições de vida.

Todas as coisas, objetos, pessoas e situações sofrem vulnerabilidade a alguma coisa. Dependendo da natureza da fraqueza, são definidos tipos de vulnerabilidade. Dessa forma, podem-se buscar melhorias específicas para cada deficiência.

Alguns dos campos de vulnerabilidade mais estudados são:

-Vulnerabilidade social: indefesa diante de ameaças, riscos, traumas e pressões devido às condições sociais apresentadas pela pessoa ou grupo. Também é visto como injustiça social.

-Vulnerabilidade informática: refere-se aos pontos fracos de um sistema infor-

mático onde a segurança do seu computador não dispõe das defesas necessárias em caso de ataque.

-Vulnerabilidade ambiental: espécies endêmicas, por exemplo, são vulneráveis a alterações nas condições naturais de seu habitat, portanto correm o risco de extinção.

-Vulnerabilidade económica: enquadrada no social, está associada à pobreza e à incapacidade de gerar mais recursos económicos devido à situação social particular.

-Vulnerabilidade alimentar: em caso de catástrofes naturais, guerras, conflitos militares ou crises políticas graves, por exemplo, pode ser difícil encontrar água potável ou alimentos não contaminados.

-Vulnerabilidade física: indica a vulnerabilidade da população a estruturas não preparadas para desastres naturais, como um furacão ou um terremoto.

-Vulnerabilidade no trabalho: a instabilidade ou precariedade do trabalho de um indivíduo.

Na perspectiva de Mora e Pérez (2006), as primeiras tentativas de captar a especificidade deste problema datam do início da década de 1990, com a determinação de "famílias vulneráveis" (CEPAL 1994). Estas famílias foram classificadas como não pobres em períodos de crescimento e estabilidade. No entanto, foi suficiente que as sociedades experimentassem ligeiras recessões para que um segmento importante destas famílias se juntasse às fileiras dos pobres.

Por sua vez, o estudo de Minujin e López (1992), baseado no acompanhamen-

to de um painel de domicílios residentes na Grande Buenos Aires, na Argentina, confirma tanto a presença deste grupo como a fragilidade do seu nível de bem-estar.

Parece que nas primeiras formulações analíticas a “vulnerabilidade social” é concebida como um fenómeno anticíclico, ou seja, agrava-se em períodos de contracção económica e contrai-se em tempos de expansão. Assim, por exemplo, a CEPAL (1994), ao referir-se ao fenómeno dos agregados familiares vulneráveis, sustenta que este fenómeno, acentuado na região em contextos de crise, “diminuirá naturalmente à medida que o crescimento económico se torne persistente e proporcione maior estabilidade de empregos e rendimentos”.

Nas suas primeiras formulações, o fenómeno da “vulnerabilidade social dos agregados familiares das camadas médias” é apresentado como um problema cuja natureza específica pode ser delineada nos seguintes termos:

- 1) afectou apenas um grupo de agregados familiares dada a sua impossibilidade de conter o impacto negativo das crises económicas;
- 2) expressou-se como uma vulnerabilidade no domínio da perda de rendimentos, provocada fundamentalmente pela redução do número de pessoas com rendimentos no domicílio (aumento do desemprego);
- 3) foi um fenómeno temporário, pois, com a recuperação do ciclo económico, pensava-se, essas famílias superariam sua condição de vulnerabilidade social, a partir da recuperação de sua capacidade de geração de renda;

4) o fenómeno estava presente em todos os países da região, independentemente do nível de desenvolvimento social alcançado.

Desde a sua identificação, o tema “vulnerabilidade social” tem despertado grande interesse em diversos setores da comunidade académica, especialmente em organizações internacionais ligadas a agendas de desenvolvimento e entre profissionais responsáveis pela formulação e execução de programas públicos de desenvolvimento social.

Como resultado da sua crescente difusão e popularidade, a noção de “vulnerabilidade social” tornou-se cada vez mais polissémica, se é que, em si, o termo já não o era na sua origem. Desta forma, os usos profissionais e publicitários da expressão “vulnerabilidade social” ampliaram o alcance original desta expressão.

Em algumas ocasiões é utilizado para se referir a situações específicas que expõem os sujeitos sociais a um risco ou perigo que, se materializado, afetaria a sua qualidade de vida, sendo a natureza de tais situações de diversas naturezas. Noutros casos, a expressão é utilizada para se referir às características específicas de determinados grupos sociais, que se tornam “grupos vulneráveis” porque apresentam maior incidência de fenómenos sociais de privação (pobreza) ou de “comportamentos de risco” (jovens membros de gangues, trabalhadores meninos e meninas, idosos, domicílios monoparentais chefiados por mulheres, gravidez na adolescência, entre outras características).

Também é comum utilizar o termo para se referir a comunidades que se presume estarem em maior risco, dada a elevada

aglomeração da população pobre nessas unidades territoriais. Existem estudos específicos sobre a vulnerabilidade de grupos sociodemográficos (por exemplo, jovens, mulheres, crianças, idosos) e, mais recentemente, sobre comunidades com uma elevada taxa de marginalização, que são geralmente definidas como "comunidades vulneráveis".

Moreira (2014) define que: "Uma comunidade vulnerável é aquela em que os problemas sociais coincidem com outros de natureza físico-ambiental". (p.2). Tais problemas incluem geralmente serviços públicos deficientes, falta de água potável e estradas pavimentadas e mau estado das infra-estruturas sociais e habitacionais.

A vulnerabilidade de uma comunidade tem a ver com duas dimensões que a afetam:

1º. É constituída por condições de desvantagem social, de desvantagens estruturais de uma população para desenvolver projetos vitais em contextos de segurança e confiança.

2º. A vulnerabilidade é também um estado psicossocial que afeta a percepção que os cidadãos têm do território onde vivem e das suas próprias condições sociais. Uma percepção negativa da sua situação como residentes num espaço social pode traduzir-se em processos de agitação urbana que podem não corresponder a indicadores "objectivos" de vulnerabilidade. Portanto, a vulnerabilidade é um conceito relativo e contextual que deve ser enquadrado num território específico.

Atualmente, a vulnerabilidade tornou-se

um traço social dominante na América Latina. Os impactos causados pelas formas de produção, instituições e valores que caracterizam o novo padrão de desenvolvimento nos países da região deixaram os grupos de baixa renda e as classes médias expostos a elevados níveis de insegurança e indefesa. Desde a constituição de Estados independentes, a pobreza e a má distribuição de rendimentos têm estado presentes no capitalismo subdesenvolvido da América Latina. A vulnerabilidade social é a característica específica da forma que o capitalismo adoptou nos últimos anos: uma economia de mercado livre, aberta ao mundo e com um "Estado mínimo".

O crescente interesse pela questão da pobreza na América Latina tem motivado a procura de indicadores que permitam identificar a vulnerabilidade das pessoas, dos agregados familiares e das comunidades, de forma a antecipar os potenciais danos que a acompanham.

Según do Google (2022), alguns dos grupos sociais que apresentam mais vulnerabilidades são:

- Pessoas deslocadas
- Refugiados
- Repatriado
- Marginalizados, excluídos ou despossuídos
- Crianças
- Mulheres grávidas e lactantes
- Pessoas mais velhas
- Desabilitado

Em Cuba, são considerados a nível comunitário os factores de risco que contribuem para a vulnerabilidade de um bairro/comunidade:

- Pontos de acesso criminosos

- Violência
- Vícios inapropriados; alcoolismo, tabagismo, drogas, entre outros
- Ambiente moral inadequado
- Falta de opções de lazer
- Funcionamento insuficiente de organizações políticas e de massa
- Problemas de relacionamento interpessoal ou familiar

O programa de atenção a bairros socialmente complexos ou em condições vulneráveis visa melhorar a qualidade de vida dos moradores, por meio da solução de problemas sociais, de construção e de serviços. Não se destina apenas a resolver problemas materiais, mas também os relacionados com o emprego, o alcoolismo e outros males que constituem barreiras ao seu desenvolvimento cultural e crescimento pessoal.

Neste sentido, faz-se referência à educação social como principal meio de intervenção em bairros/comunidades em condições de vulnerabilidade social.

Você pode imaginar:

Porquê intervir numa comunidade?

- Destina-se a modificar e/ou alterar a realidade
- O objetivo é induzir mudanças de atitudes e comportamentos,
- Presume-se que serão introduzidas abordagens, estilos, práticas e formas de abordagem do problema e da realidade, para que sejam as próprias práticas conscientes do grupo que modificarão a realidade em questão.
- Porque o presente e a realidade são questionados, porque um ou vários

problemas desafiam a consciência de quem intervém e os mobiliza para contribuir desde perspectivas profissionais e científicas para favorecer a mudança.

No que diz respeito à educação social, há que ter em conta que a pedagogia tem sido tradicionalmente reduzida ao ambiente escolar; no entanto, desde a década de 90 do século passado e fundamentalmente na área latino-americana, têm sido traçadas estratégias para conseguir o seu reconhecimento nas políticas sociais.

Propor publicamente que exista educação fora e fora dos estabelecimentos escolares foi verdadeiramente audacioso. Contudo, tal conceituação foi fundamental para fins de proposição de uma nova figura profissional e percurso formativo: o educador social.

Em geral, toda educação é ou deveria ser social. Pois, embora falemos de educação individual e até individualizada; Isto não deixa de acontecer na família, na escola, na comunidade e até, em certa medida, na sociedade em que o indivíduo vive. Não se pode falar de autêntica educação individual se ao mesmo tempo o indivíduo não estiver preparado para viver e conviver com os outros.

A pedagogia social entrou no século XX com excelentes perspectivas de futuro, em palavras e em ações (Caride, 2009). Foram então e continuam a ser hoje, quando nas primeiras décadas do terceiro milénio o aspecto pedagógico-social evoca a necessidade de abrir a educação à vida, em toda a sua diversidade. No "social" afirma-se a sensibilidade inequívoca que a educação deve ter para com as necessidades de todos, mas es

pecialmente daqueles que são rejeitados pelos modelos de produção e consumo induzidos pelos mercados, no mundo de todos e de ninguém que o habita.

Em todas as sociedades, a educação sempre foi “social”, apesar da repetida tendência de confiná-la às escolas ou de perpetuá-la nas suas pretensões individualizantes, herdeiras do culto à personalidade e da defesa esclarecida dos direitos individuais. Como campo acadêmico e profissional consolidado, é um fenômeno recente, que só ocorreu nas últimas décadas do século XX.

Contudo, a pedagogia social precisa de vários séculos para começar a ser documentada. Natorp (1913), entre outros, fá-lo ao referir-se expressamente ao aspecto “social” da educação e à sua pedagogia, que “não é a educação do indivíduo isolado, mas a do homem que vive em comunidade, uma educação que torna o comunidade, porque seu propósito não é apenas o indivíduo”. (pág.6).

Se a educação é social, a pedagogia que nela se interessa também deve ser social. A partir do momento em que educar os outros e educar-se participam do mesmo projeto civilizacional de mudança e transformação social, todas as pedagogias e todas as suas educações são sociais; Estão, desde o início, nos múltiplos percursos por onde percorrem, o que amplia os limites da teoria e da práxis socioeducativa. São fronteiras que as redes tecnológicas sujeitam a uma profunda revisão.

Pode-se entender que a educação social é, por um lado, dinamização ou ativação das condições educativas da cultura, da vida social e dos seus indivíduos e, por outro lado, prevenção, compensação e

redirecionamento socioeducativo da dificuldade, da exclusão ou o conflito social. Consequentemente, há que procurar a cobertura conceptual ou teórica da educação social, na sua função promotora e dinamizadora de uma sociedade que educa e de uma educação que socializa e integra e, ao mesmo tempo, ajuda através da educação a evitar, equilibrar e reparar o risco. dificuldade ou conflito social.

É critério de Moyano (2012) que:

...a emergência da educação social no domínio dos serviços sociais abriu uma porta no sentido de contribuir com uma perspectiva educativa para as questões sociais...uma mais-valia que distancia elementos estigmatizantes e direcciona os seus objectivos para o horizonte da promoção cultural do indivíduos que atende. (pág.6).

Este é, ou deveria ser, o compromisso que a pedagogia social e a educação social devem projectar na sua defesa radical da cívica e da cidadania, dos direitos e deveres inerentes à capacidade de escolha; mas também, na possibilidade de contribuir para a resolução de conflitos, de exercer a tolerância e a solidariedade, de afirmar convicções éticas e morais, de dinamizar a democracia cultural e a participação social, de valorizar a paz, de contribuir para o trabalho de formação e inserção, ou de valorizar o respeito pelos o meio ambiente e a diversidade cultural.

Quando isso ocorre, “o” social torna-se pedagógico e educativo, embora deva ser especificado o quanto o contexto (realidade), o pretexto (motivação) ou o texto (conteúdo e método) se ajustam a tais propósitos.

Deve-se levar em conta que Quintana (1994, p. 9) destaca que:

A Educação Social tem dois significados: por um lado, a intervenção educativa que se realiza com o objetivo de ajudar o indivíduo a alcançar, da melhor forma possível e sem desvios, o processo de socialização, ou seja, a adaptação à vida social e à sua normas, até atingir uma elevada capacidade de convivência e participação na vida comunitária. Por outro lado, a "educação social" é denominada uma modalidade de serviço social com vertente educativa que desempenha funções pedagógicas. É praticado profissionalmente fora da escola, pois nada tem a ver com o sistema educativo, mas sim com a promoção do bem-estar social. Põe em funcionamento uma série de serviços sociais de carácter pedagógico, que ora tendem a resolver os problemas de privação sofridos por certos grupos sociais marginalizados, ora a prevenir esses problemas na população em geral, dotando-a de meios (educação para a paz, educação ecológica, educação, educação cívica, associações, voluntariado, serviços de tempo livre, etc.) para levar uma vida comunitária plena e correta.

Según do Del Pozo (2013), podem ser encontrados na educação social os seguintes campos e situações de atuação:

1-Educação Social Especializada (Educação para reabilitação social, violação dos direitos da infância e adolescência): desenvolvimento da população em dificuldade social, pobreza, situações de risco, maus-tratos, abusos e negligência na infância, contextos de vulnerabilidade, problemas de consumo de drogas, adolescentes infratores, pedagogia hospitalar e

penitenciária, mediação em violência, reeducação, reinserção sócio-laboral, deslocamento forçado e violência sociopolítica, entre outros.

2-Animação sociocultural e desenvolvimento comunitário: educação ética e valores humanos, educação para a paz, etnoeducação, educação popular, educação camponesa, multiculturalismo, animação sociocultural, revitalização e participação juvenil, formação profissional para inclusão, desenvolvimento comunitário, escola, família e sociedade e educação para a sustentabilidade, entre outros.

3-Educação de adultos e idosos (Educação de Adultos): formação contínua, educação de adultos, educação de idosos, envelhecimento ativo e educação, animação sociocultural com idosos, entre outros).

4-Formação profissional (esta abordagem encontra-se transversalmente no desenvolvimento da inclusão socioprofissional em todas as áreas): pessoas em especial risco de exclusão socioprofissional, orientação profissional, formação permanente de adultos e empregabilidade, etc. (pág.7)

Na região europeia podem ser vistos dois modelos na educação social:

-O modelo dos países comunistas: é realizado diariamente e faz parte do programa sociopolítico; Mas há algumas áreas (toxicod dependência, delinquência juvenil, desempregados, pessoas marginalizadas) que não precisam de ser abordadas, devido ao facto de estes problemas sociais não existirem. Nestes países, a educação social reduz-se ao cuidado das

crianças necessitadas, à educação de adultos e à socialização dos jovens e dos cidadãos (educação para a paz). Esta acção é centralizada, planeada pelo Estado e executada de forma uniforme em todo o território.

-O modelo das democracias ocidentais: a atenção aos problemas sociais prevalece na iniciativa social espontânea (ou privada), geralmente através da ação de associações. Isto dá origem a uma certa dispersão de forças, mas, em última análise, a consciência dos cidadãos é dinamizada para sanar problemas que prejudicam a sociedade. A falta de um plano geral é mais do que compensada com a contribuição do trabalho voluntário e de uma imaginação criativa capaz de atender às mais variadas demandas. Surge assim uma constelação múltipla e ampla de associações de todos os tipos: algumas de natureza internacional, por vezes com um âmbito europeu específico; e outros de natureza nacional, regional ou local.

Os países com um elevado nível de desenvolvimento, não só económico, mas também humano e social; Ao terem as suas necessidades primárias satisfeitas, passam a satisfazer as necessidades secundárias, relacionadas com a qualidade de vida, que dependem do desenvolvimento dos Serviços Sociais. Estes países são considerados os pioneiros da educação social, destacando-se a Espanha neste aspecto.

Os avanços registados no desenvolvimento científico, académico e profissional da pedagogia-educação social, primeiro na Europa germânica e depois nos países mediterrânicos, nórdicos, francófonos ou anglo-saxónicos, têm, no iní-

cio do século XXI, um amplo impacto na outros contextos geográficos e sociais. Ampliou seu campo de atuação para movimentos de renovação pedagógica, serviço social e educação popular. A pedagogia social e/ou a educação social incorporam gradualmente os seus discursos e práticas na marca formativa e institucional de um conjunto variado de países, também na América Latina.

Nos últimos quarenta anos surgiram perfis profissionais com diferentes denominações (educador de rua, monitor de tempos livres, monitor ocupacional, alfabetizador, educador de adultos, animador sociocultural, educador em instituições fechadas ou abertas, para citar apenas alguns termos comuns), que com o passar do tempo foram integrados ao conjunto de profissões que hoje são conhecidas pela denominação genérica de "educador social".

É uma profissão jovem, que possivelmente ainda está em aperfeiçoamento e continuará a fazê-lo à medida que a sociedade passa por mudanças; Porque a educação social deve ser contextualizada para que os seus objetivos educativos sejam alcançados.

As transformações educativas transcendem a sociedade cubana através das suas instituições e organizações, que, através de meios específicos, trabalham para o mesmo objetivo educativo: a unidade nacional em torno de um modelo de sociedade solidária que os cubanos se propuseram construir. É um processo complexo, que sistematiza a rica experiência de 50 anos de revolução na educação e que, por sua vez, é uma síntese criativa da tradição educativa cubana, levada a níveis qualitativamente superiores.

Atualmente, a educação social procura atingir uma dimensão nunca antes vista em Cuba; visto que o país também é afetado pelos males que afligem o mundo e que afetam negativamente a formação da personalidade do homem, com destaque para os contextos familiar e comunitário. Diversas disciplinas das Ciências Sociais caracterizam-se por aplicar diferentes procedimentos através dos quais introduzem práticas na realidade, com o propósito de modificá-la. Esses procedimentos poderiam ser incluídos no que se denomina estratégias de intervenção, que funcionam como um conjunto de meios e técnicas processuais que visam

produzir mudanças na realidade observada e/ou estudada.

Esta e nenhuma outra questão é o que compõe o programa nacional de atenção aos bairros/comunidades em condições vulneráveis (atualmente chamados de bairros em desenvolvimento). A mudança, a transformação nos sujeitos, nos seus bairros e comunidades é o que conduzirá o país ao desenvolvimento sustentável a que aspira; Portanto, constitui um argumento fundamental para a atenção priorizada que o país presta atualmente.

CONCLUSÕES

Exposto anteriormente permite concluir com a concepção que Quintana (1994, p.9) oferece de educação social:

A Educação Social tem dois significados: por um lado, a intervenção educativa que se realiza com o objetivo de ajudar o indivíduo a alcançar, da melhor forma possível e sem desvios, o processo de socialização, ou seja, a adaptação à vida social e à sua normas, até atingir uma elevada capacidade de convivência e participação na vida comunitária. Por outro lado, a "educação social" é denominada uma modalidade de serviço social com vertente educativa que desempenha funções pedagógicas. É praticado profissionalmente fora da escola, pois nada tem a ver com o sistema educativo, mas sim com a promoção do bem-estar social. Põe em funcionamento uma série de serviços sociais de carácter pedagógico, que ora tendem a resolver os problemas de privação sofridos por certos grupos sociais marginalizados, ora a prevenir esses problemas na população em geral, dotando-a de meios (educação para a paz, educação ecológica, educação, educação cívica, associações, vo-

luntariado, serviços de tempo livre, etc.) para levar uma vida comunitária plena e correta.

Assim como expressa Mendizabal (2016). A formação universitária em Educação Social deve assegurar, no mínimo, as seguintes áreas:

SABER - SABER SER - SABER FAZER

-Uma formação humana que garanta a maturidade pessoal, o saber e o saber fazer do Educador Social.

-Formação pedagógica que assegure o conhecimento e garanta a racionalidade educativa no saber fazer através das diferentes intervenções.

-Formação técnica que garante saber fazer e complementa a formação pedagógica.

-Uma formação sócio-comunitária como garantia de uma correta inserção do educador no meio social em que é adequado intervir.

-Formação contínua ao longo da sua atividade profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alwang, J., P. Siegel e S. Jorgensen (2001). Em Ruíz, N. (2012). Obra citada
- Árias, R. (1995). *A comunidade e seu estudo. Havana, Cuba: Pessoas e Educação.*
- Branco, A. (1997). Em En Cobas, M., Fernández, A., Blanco, A., Pérez, LR. e Rodríguez, YE. (2014). Obra citada.
- Cardona, O. (2004). Em Ruíz, N. (2012). Obra citada
- Caride, JA., Gradaílle, R. e Caballo, MB. (2015). *Da pedagogia social como educação, à educação social como pedagogia. Perfis Educacionais.* vol. XXXVII, não. 148 | IISUE-UNAM. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx>
- Cobas, M., Fernández, A., Blanco, A., Pérez, LR. e Rodríguez, YE. (2014). *Abordagem da educação numa perspectiva sociológica.* Havana, Cuba: Pessoas e Educação.
- Del Pozo, F. (2013). *Educação social para a saúde: projeção, ação e profissionalização.* Revista Médica Risaralda, 19 (1), 75-80.
- Díaz-Canel, MM. (2022). Em Rojas, OL. (2022). Obra citada.
- Fernández, A. (2014). Em Cobas, M., Fernández, A., Blanco, A., Pérez, LR. e Rodríguez, YE. (2014). Obra citada.
- Hannigan, J. (1995). Em Ruíz, N. (2012). Obra citada
- Hoffman, S. e Oliver, A. (1999). Em Ruíz, N. (2012). Obra citada
- Mendizabal, MR. (2016). *Pedagogia Social: Uma disciplina básica na sociedade atual.* HOLOS, vol. 5, 2016, páginas 52-59. Disponível em: <https://www.redalyc.org/article>
- Minujin, A. e López, N. (1992). Em Mora, M. e Pérez, JP. (2006). Obra citada
- Mora, M. e Pérez, JP. (2007). *Da vulnerabilidade social ao risco de empobrecimento dos setores médios: uma virada conceitual e metodológica.* Estudos Sociológicos. Dis-cagem. pp.99-134. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo>
- Moreira, L. (2019). *Vulnerabilidade social na gestão do risco de desastres. Conferên-cia: II Congresso de Água e Energia Ambiental, AUGM.* Disponível em: <https://wwwresearchgate.net>.
- Moyano, S. (2012). Em Caride, JA., Gradaílle, R. e Caballo, MB. (2015). Obra citada
- Nações Unidas. *Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais.* (2003). No Minis